

ACT: SINDIPETRO-LP E FNP COBRAM AVANÇOS EM REUNIÃO COM O RH DA PETROBRÁS NO EDISEN

No dia 13 de novembro, os diretores do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista e dirigentes da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) participaram de uma reunião com o RH da Petrobrás, no EDISEN, no Rio de Janeiro. O encontro foi destinado à devolutiva da Federação e dos sindicatos sobre o resultado das assembleias, nas quais a categoria rejeitou a segunda proposta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Desde o início, os representantes do Sindipetro e da FNP reforçaram que a categoria espera uma nova proposta que apresente avanços reais, especialmente após a recusa massiva das duas propostas apresentadas. As entidades cobraram melhorias nas cláusulas econômicas e sociais e apresentaram ponto a ponto as reivindicações aprovadas pela base. Após ouvir as intervenções, a gestão da empresa declarou que pretende abrir uma nova agenda de reuniões temáticas para aprofundar debates pendentes e sinalizou que continua avaliando alternativas para tentar avançar nas negociações.

Essas reuniões temáticas têm se repetido como um verdadeiro “samba de uma nota só”, nas quais a gestão da Petrobrás insiste em discutir o que já foi discutido, reforçando as mesmas posições.

Esse formato se tornou apenas mais uma forma de enrolar a categoria e evitar avanços concretos na negociação.

Outros pontos

Durante a reunião, também foram abordados temas como litigância predatória, com a Petrobrás alegando que suas propostas buscam reduzir disputas judiciais por meio de acordos, evitando um acúmulo de ações. Sobre o PDV, o alto escalão da Petrobrás reiterou que o programa é um incentivo atenuado de saída com reposição, e não uma simples redução do efetivo. Em relação ao aumento do quadro funcional, o RH afirmou que o dimensionamento será feito conforme o plano de negócios e as necessidades de cada área, sem retomada do número de trabalhadores anteriores à gestão da ex-presidente Dilma Rousseff.

O desimplante tem causado grande comoção entre os trabalhadores embarcados. Também foram discutidos os deslocamentos e realocações forçadas decorrentes desse processo. A gestão afirmou que há vagas disponíveis em várias áreas, inclusive offshore, e que os trabalhadores desimplantados serão convidados a preencher essas posições.

A Petrobrás afirmou ainda que está avaliando o impac-

to das assembleias e que a segunda proposta trouxe avanços, especialmente na manutenção de cláusulas atuais consideradas importantes pela categoria. O GT de SMS segue em andamento, com a empresa se comprometendo a retornar em breve às entidades.

A HETT foi um dos pontos centrais discutidos na reunião. Antes do ACT atual, o pagamento era feito pelo tempo efetivamente realizado pelos operadores. Com a mudança implementada em 2023, passou a valer um sistema de médias por base. Embora esse modelo seja, em tese, mais vantajoso do que o pagamento estritamente pelo tempo registrado em cada troca, o problema apontado pelos sindicatos é que a média utilizada em várias unidades não reflete a realidade operacional. Ou seja: o tempo fixado como média tem se mostrado insuficiente diante do tempo que os trabalhadores efetivamente despendem nas trocas de turno.

Em diversas unidades, o tempo real de troca de turno supera a média estabelecida enquanto o pagamento continua limitado a 30 minutos. O Sindipetro Litoral Paulista e a FNP reforçaram que essa distorção é injusta e precisa ser corrigida urgentemente, defendendo que a Petrobrás atu-

alize as médias de cada base de forma coerente com a rotina operacional ou que pague como hora extra todo o tempo excedente à média.

A Petrobrás, porém, mantém a posição de que o sistema de médias não prevê pagamento adicional, alegando que eventuais excedentes seriam “compensados” nos dias em que a troca leva menos tempo. Os sindicatos contestaram, afirmando que a argumentação não condiz com a realidade do trabalho e que o ACT deve assegurar justiça e equilíbrio.

Embora a segunda proposta apresentada pela empresa tenha elevado a média em algumas unidades, os sindipetros consideram os ajustes insuficientes. A empresa informou ainda que já fez as medições atualizadas das bases e que os dados serão apresentados nas próximas reuniões. Por fim, o alto escalão afirmou que deseja encerrar o ACT antes das festas de fim de ano.

Pauta dos contratados também entra na mesa de negociação

O Sindipetro-LP e a FNP levaram novamente à mesa as reivindicações dos petroleiros contratados, reforçando que não há ACT justo enquanto persistirem desigualdades dentro do Sistema Petrobrás. Os dirigentes destacaram a necessidade de isonomia ali-

mentar e a reabertura dos restaurantes da Transpetro, citando casos como o do Tebar, onde centenas de trabalhadores seguem obrigados a se alimentar de marmita, apesar de atuarem em uma das maiores empresas do mundo. Também cobraram isonomia de escalas e regimes, com o fim da escala 6x1, além da correção da diferença de carga horária entre petroleiros contratados e trabalhadores próprios — já que os primeiros cumprem 220 horas mensais, enquanto os petroleiros próprios cumprem 200. As entidades também defenderam a aplicação da razão 1,5 para trabalhadores de turno.

Os sindicatos reforçaram que esses avanços só serão conquistados com mobilização, destacando a importância da unidade vivenciada nas bases. A participação ativa dos trabalhadores, mesmo de forma espontânea como ocorreu no Tebar, demonstra a força coletiva necessária para enfrentar as resistências apresentadas pela empresa.

Avanços a passos de tartaruga

Na reunião, a Petrobrás apresentou o que considera “avanços” na 2ª proposta, mas, para a categoria, esses pontos são mínimos diante da nossa demanda histórica e de um longo período sem qualquer aumento real nos salários de ativos e aposentados e pensionistas. A gestão destacou que antecipou o reajuste dos benefícios de alimentação, mas manteve a política de correção salarial apenas pela inflação, sem ganho real. Também citou ajustes pontuais no banco de horas e no pagamento de horas extras em dias de folga, além da intenção de firmar um ACT de prazo estendido. Mencionou ainda pequenos ajustes na HETT de algumas unidades e mudanças no benefício educacional, ampliando critérios para dependentes e trabalhadores com guarda definitiva.

No campo da AMS, a empresa afirmou que pretende criar um fundo para administrar

superávits e incentivar o uso de medicamentos genéricos, reduzindo a coparticipação. Por fim, apresentou a proposta de reforçar a fiscalização de contratos por meio de apoio terceirizado. Para os trabalhadores, no entanto, todas essas medidas estão muito aquém do que a categoria reivindica e não atendem às necessidades reais de recomposição salarial, valorização profissional e melhoria das condições de trabalho.

Próximas reuniões

No dia 14 de novembro, a Petrobrás convidou a FNP para duas novas rodadas de negociação: uma no dia 24 de novembro, às 16h, e outra no dia 27 de novembro, no período da manhã, com horário ainda a ser definido. A FNP reforça que seguirá cobrando avanços reais e mobilizando a categoria sempre que necessário para garantir melhorias tanto para trabalhadores próprios quanto contratados.

Apesar das discussões e dos

encaminhamentos apresentados pela empresa, a categoria esperava um aceno mais contundente, seja com a apresentação imediata de uma nova proposta, seja ao menos com a indicação de uma data para que essa nova proposta fosse formalizada. Essa ausência de sinalização, ou pouco caso com a pauta de reivindicações, aumenta a frustração entre os trabalhadores e reforça a percepção de que a negociação segue em ritmo lento, distante das expectativas gerais.

A gestão da Petrobrás está há quatro meses com a pauta de reivindicações da categoria, e esse constante movimento de “empurrar com a barriga” tem elevado os ânimos dos petroleiros, que já demonstram crescente convicção de que somente um movimento paredista poderá destravar de vez a negociação.

A experiência recente evidencia que a linguagem da greve continua sendo uma ferramenta eficaz para abrir, de fato, um processo sério de negociação com avanços reais.

PELA ISONOMIA! PELA SAÚDE! PELA ESCALA 14x21 PARA TODOS OS PETROLEIROS E PETROLEIRAS!

O Sindipetro-LP apoia integralmente e vai lutar firmemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 4875/2025, apresentado pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que propõe a adoção da escala 14 dias de trabalho x 21 dias de folga para todos os trabalhadores offshore do Sistema Petrobrás — incluindo os contratados (terceirizados), hoje submetidos majoritariamente ao regime desgastante 14x14.

A proposta altera a Lei 5.811/1972 e busca corrigir uma

das maiores distorções existentes no setor: a desigualdade entre trabalhadores diretos da Petrobrás e os de empresas contratadas, que, embora exerçam funções essenciais e convivam com os mesmos riscos, ainda são submetidos a uma escala inferior, com impacto direto sobre saúde, segurança, convívio familiar e qualidade de vida.

Essa luta não nasceu agora. O Sindipetro-LP vem organizando mobilizações nas bases, construindo unidade

entre próprios e contratados e denunciando publicamente as injustiças nos contratos offshore, em sintonia com os movimentos nacionais da FNP, FUP, Sindipetro-RJ, NF, AM e demais sindicatos irmãos.

O objetivo é claro: elevar direitos, acabar com a escala 14x14 e garantir isonomia entre todos os trabalhadores do setor.

Criar uma escala mais humana e justa é fundamental para reduzir desgaste psicológico e físico, diminuir acidentes, melhorar o ambiente

de trabalho e dar dignidade a quem mantém as plataformas funcionando 24 horas por dia.

O PL 4875/2025 é uma oportunidade histórica de avançar nessa pauta, e o Sindipetro-LP estará nas ruas, nas plataformas, nas assembleias e no Congresso, pressionando para que esse direito seja aprovado e implementado.

Petroleiros e petroleiras: a hora é de mobilização total!

Só com unidade e força coletiva vamos conquistar a tão necessária escala 14x21 para todos.